



ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTERIO

Ata Nº 14/2023

CACs FUNFEB / PARAGOMINAS

Aos dias 27 dias de outubro de 2023 as 09:00h, iniciou-se uma reunião ordinária na sala do FUNDEB, com a presença da Presidente do FUNDEB Sra. Sandra Helena Resende e os conselheiros Dulcirene Maria de Oliveira Correa, Maria do Carmo Pereira de Souza, José Bento, Maria do Rosário da Silva, Doralice de Oliveira Costa, Celia Vieira dos Santos, Elisangela Feitosa da Silva, Jânio Quadros, Lielson Jorge, Markleilton Ferreira.

A reunião iniciou com uma oração, posteriormente com a leitura da ata anterior.

Um documento foi enviado a prefeitura solicitando a exoneração do então conselheiro Moises Leitão, para a entrada da suplente Doralice Oliveira pois no nosso regimento interno e na lei existe um parágrafo que diz que representante de pais que assumem um cargo de confiança e a retirada do mesmo do conselho é por meio de portaria.

O conselheiro Jânio tomou a palavra e fez perguntou sobre o piso e a presidente respondeu dizendo que diante das palavras do TCM-PA e da Prefeitura, de acordo com o TCM a classe já recebeu o piso, para entendimento deles apenas quem tem que receber piso são os contratados que ainda não recebem o piso, o conselheiro Jânio complementou dizendo: Como você falou lá né? As gratificações e nossa carreira acho que não está inclusa dentro do piso eu acho. A presidente concluiu dizendo: Eles juntam as nossas vantagens as vantagens do PCR para ser contado como piso, aí o que adianta o PCR então? Se nunca mais teremos aumento?

A conselheira Dulcirene tomou a palavra dizendo que estamos nos atendo ao PCR e o mesmo está mais lento que tudo nesta vida pois o mesmo está desde a última gestão do Prefeito Paulinho que na ocasião o próprio prefeito falou.

A presidente informou ao conselho que houve uma reunião com o Mota, pois da última vez ele não pode estar presente, e na nossa conversa com o Mota e o Jorge o que foi falado é que o prefeito irá pagar o piso, implementar em dezembro para ser pago em janeiro.

O acordo do piso foi lido para entendimento do conselho sobre a situação atual do reajuste do piso, foi entendido no decorrer desta leitura que todo o acordo está amarrado através da "viabilidade de recursos orçamentaria e



ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTERIO

financeira" pois estão alegando a falta desse recurso orçamentário, o conselheiro Jânio questionou a falta de documentação para comprovação dessa falta de orçamento por parte da prefeitura, a conselheira Elis disse que para comprovarem essa falta de recurso precisa de comprovação mediante documento, e finalizando a presidente voltou a dizer que por esse motivo pediu essa documentação via MPF, porque só de boca, só de ofício não dá mais.

A conselheira Elisangela disse que a prefeitura está deixando de fazer seu dever se casa, o conselheiro Jânio disse que muitas cláusulas deste acordo não estão sendo cumpridas.

A presidente informou que está batendo na mesma tecla que o Fundeb se sabe quanto entra todo mês, mas o FME não se sabe o quanto entra, o quanto se gasta mensalmente.

A presidente repassou uma informação referente a formação do CGU, que o Pará não usa a declaração do Conselho do Fundeb para reprovação de contas, dito isso a conselheira Elisangela indagou se estávamos trabalhando em vão, a presidente concluiu dizendo que uma pesquisa da UFMG apontou que 33 tribunais de contas do Brasil em relação ao parecer do Cacs Fundeb os TCEs que não exigem nada do conselho para aprovar as contas o do estado do Pará está entre eles.

A presidente colocou em pauta a visita até a sede da Grand Obras para averiguações de algumas denúncias por parte de funcionários do mesmo, nesta vista conversaram com o dono e o mesmo estava prendendo pois queria um reajuste no contrato, e como não havia conseguido iria abrir mão do contrato.

O conselheiro Jânio indagou o porquê de a prefeitura aceitar isso, pois se trata de calúnia e onde se encontra o fiscal de contratos? E se a prefeitura tem todo o corpo jurídico e comprovantes de pagamentos, por que não faz nada? E segundo o empresário teria feito o pagamento dos funcionários, porém segundo alguns funcionários esse pagamento ainda não tinha sido feito.

A presidente colocou em pauta a questão das licitações pois as mesmas estão muito ultrapassadas e precisam ser revistas, e segundo o que foi repassado na formação do TCM, nossos transportes não estão de acordo com as leis, pois os transportes não podem ter mais que 10 anos e os nossos beiram os 60 anos de uso, carros que são terceirizados não podem ser terceirizados.

A conselheira Dulci, mencionou sobre a situação de 19 professores ganhando 200hrs e trabalhando apenas 80hrs, o conselheiro Jânio disse que



ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTERIO

que o senhor Colares sempre bateu encima dessa situação para que fosse feita a retirada desses funcionários do IFPA, e não era apenas professores.

A conselheira Dulci mencionou uma situação na escola José Dimax na Paragonorte, onde os funcionários do estado não estavam no alojamento porem os quartos estavam todos fechados e os funcionários da prefeitura na qual o alojamento pertence estavam dormindo fora.

A presidente informou sobre a primeira Fórum municipal de educação com a Temática dialogo pela promoção da igualdade étnico e racial que aconteceu nos dias 16 e 17 de novembro no Teatro Reinaldo Castanheira no centro cultural.

A conselheira Dulci mencionou uma informação do Tcm que Paragominas é o único município onde quem faz o calendário são os professores.

*Liliana Pinheiro, Eliângela Feitosa da Silva, Jorgelice de Almeida Costa, José Bento, Janis Q. Quadros.*  
*Assessoria Informar M. O. Correia*